

A VIVÊNCIA PRÁTICA-PEDAGÓGICA NO ENSINO DE HISTÓRIA: UM DESAFIO DO PROFESSOR DE HISTÓRIA

PRACTICAL-PEDAGOGICAL EXPERIENCE IN HISTORY TEACHING: A CHALLENGE FOR HISTORY TEACHERS

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.028-011>

Juliana Rondon

Mestranda no Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ensino de História – Professora de História
UFMT

E-mail: Juliana.rondon1@ufmt.sou.br

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/6544036529365239>

RESUMO

O estudo aborda a prática pedagógica no ensino de História a partir da implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, destacando a necessidade de descolonizar o currículo escolar e dar visibilidade às contribuições afro-brasileiras e indígenas na formação da sociedade. Trata-se de uma pesquisa aplicada, desenvolvida no contexto de uma escola pública, que buscou integrar professores e alunos em atividades interdisciplinares voltadas para a valorização cultural e combate ao racismo estrutural. O objetivo foi promover reflexões críticas sobre a história única presente nos livros didáticos e estimular o protagonismo juvenil na construção de narrativas plurais. A metodologia consistiu na elaboração e execução de um projeto coletivo envolvendo diferentes áreas do conhecimento, com seminários, oficinas, rodas de ancestralidade e participação de comunidades indígenas locais. Os resultados evidenciaram maior conscientização dos alunos sobre a diversidade cultural, fortalecimento da identidade afro-indígena e engajamento dos professores na efetivação das leis. A pesquisa conclui que a prática pedagógica interdisciplinar contribui para transformar o ensino de História em um espaço de valorização das vozes silenciadas, ampliando o diálogo e promovendo uma educação antirracista de caráter contínuo e significativo.

Palavras-chave: Ensino de História; Interdisciplinaridade; Educação antirracista; Afro-brasileiros; Indígenas.

ABSTRACT

The study addresses pedagogical practice in History teaching through the implementation of Laws 10.639/03 and 11.645/08, emphasizing the need to decolonize the school curriculum and highlight Afro-Brazilian and Indigenous contributions to society. It is an applied research conducted in a public school context, involving teachers and students in interdisciplinary activities aimed at cultural appreciation and combating structural racism. The purpose was to foster critical reflections on the single narrative present in textbooks and encourage youth protagonism in building plural perspectives. The methodology consisted of designing and executing a collective project across different subject areas, including seminars, workshops, ancestral circles, and participation of local Indigenous communities. The results revealed increased student awareness of cultural diversity, strengthened Afro-Indigenous identity, and greater teacher engagement in enforcing the laws. The research concludes that interdisciplinary pedagogical practice transforms History teaching into a space for valuing silenced voices, expanding dialogue, and promoting a continuous and meaningful antiracist education.

Keywords: History teaching; Interdisciplinarity; Antiracist education; Afro-brazilians; Indigenous peoples.



1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como tema central a vivência prática-pedagógica no ensino de História, com foco na efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatória a abordagem das culturas afro-brasileira e indígena no currículo escolar.

O problema de pesquisa delimita-se na dificuldade de implementação dessas legislações nas escolas, marcada pela resistência de parte dos profissionais da educação e pela persistência de uma narrativa histórica única, eurocentrada e excludente, que invisibiliza as contribuições de povos africanos e indígenas na formação da sociedade brasileira.

O objetivo geral é analisar como práticas pedagógicas interdisciplinares podem contribuir para a valorização das vozes silenciadas e para a construção de uma educação antirracista. Como objetivos específicos, busca-se compreender os desafios enfrentados pelos professores na aplicação das leis, propor estratégias de descolonização curricular e avaliar os impactos de projetos escolares voltados à valorização cultural afro-indígena. A justificativa da pesquisa fundamenta-se na necessidade de superar o mito da democracia racial e promover uma educação que reconheça a diversidade cultural como elemento estruturante da identidade nacional.

Além disso, destaca-se a relevância social e acadêmica de práticas pedagógicas que estimulem o protagonismo juvenil e a formação crítica dos estudantes, contribuindo para transformar o ensino de História em um espaço de diálogo, inclusão e valorização das matrizes culturais que compõem o Brasil.

Algumas experiências em nossas vidas são únicas e profundas, assim tem sido vivenciar a prática pedagógica no ensino de História, no cotidiano escolar, sendo mestrandas tem proporcionado uma revolução de sentimentos e sentidos enquanto professora da Educação Básica. Nesse misto de formações acadêmicas, formação continuada e pós-graduação o contato com algumas disciplinas nos levam a refletir sobre a importância de ressignificar o ensino de História no “chão” da escola onde atuamos. Essas reflexões sobre como ensinar história tem despertado o interesse pelo aprofundamento na pesquisa da dissertação, com leituras acadêmicas e pesquisas que possam subsidiar o trabalho.

A disciplina “Ensino de História da África e cultura Afro-brasileira” mostrou um outro lado da história, que até mesmo enquanto historiadora tinha passado desapercebido por essa necessidade inerente de relatar sobre o apagamento dos africanos no contexto de formação do Brasil e como essas vozes são silenciadas desde o processo colonial até o momento.

São crianças, jovens, homens e mulheres que de modo muito significativo fizeram parte da construção da “História do Brasil” e que hoje, os livros didáticos fazem menções, referências e honra a nomes, na sua maioria homens “brancos”. Isso é perceptível quando você anda pelas ruas das cidades e dos grandes centros urbanos e se deparam como nomes de ruas, praças, monumentos, até mesmo das próprias cidades fazendo menção a esses nomes, e que em poucos casos quando são lembrados, como é o caso do



“Parque Mãe Bonifácia”, “Praça Maria Taquara”, “Praça Mãe Preta”, em Cuiabá, é uma exposição sem memória, sem contexto, sem divulgação e sem os nomes reais, e não meros “apelidos”.

Chimamanda, uma mulher preta, nigeriana, descreve em seu livro “O perigo de uma história única” que foi embasado na sua palestra, proferida no ano de 2009, e que uma década depois já havia atingido mais de 18 milhões de visualizações formalizando assim a palestra em um registro gráfico e transscrito. Nesse diálogo, ela deixa claro que todos nós, independente de cor, raça, credo ou qualquer outro tipo de situação devemos nos atentar para sempre buscar conhecer os dois lados da história, pois há muitos mistérios sublinhados na versão única, e que se contado mil vezes, vira verdade absoluta.

Ao se deparar com um trecho dessa entrevista e ler o livro da íntegra, percebe-se que passamos muito tempo lecionando apenas uma história, a história dos livros didáticos, contados e escritos por europeus, outrora se afirmavam que haviam “descoberto” o Brasil, e “civilizaram” esta nação. Essa intrigante proposição leva-nos a refletir severamente sobre o ensino e como isso deveria fazer sentido no transmitir conhecimento, ressignificar o ensino de História para os alunos, e dar voz e vez ao protagonismo juvenil e as vozes silenciadas por muito tempo.

A sociedade brasileira está envolta em uma mistificação própria de sua desgraça: o mito da democracia racial. Somos uma nação caracterizada pela negação do racismo e pela perpetuação de uma história única e hegemônica patrocinada pelo colonialismo/capitalismo/patriarcado, que minimiza os danos causados pela ideologia da diferença racial e pelo sistema que naturaliza a discriminação e a violência racial (Diop, 1974; Adichie, 2019 apud Santos, 2023).

É a partir de questionamentos como esses, que professores de História devem atuar. Mostrar aos alunos que não existe apenas um lado da história, e que outras pessoas contribuíram significativamente para a formação do estado brasileiro. Um dos maiores problemas que enfrentamos nas escolas, é a aceitação do povo afrodescendente, atrelado a uma história mistificada, invisibilizada e desproporcional, levando muitas crianças a sentirem vergonha de se reconhecerem como afro. Problemática esta que poderia ser resolvida se as leis 10.639/03 e 11.645/08 fossem desenvolvidas na íntegra nas escolas, mas a primeira resistência que enfrentamos é por parte de professores, de outras disciplinas que não querem ter a ética na efetivação das leis, e se torna muito mais fácil dizer que a obrigatoriedade de ensinar história é do historiador, descontextualizando a lei, uma vez que ela destaca que a “escola” tem obrigação, ou seja, trocando em “miúdos”, todos os servidores que compõem o quadro de funcionários da escola, tem a obrigatoriedade de efetivar as leis supracitadas, e já se passaram quase 2 décadas de suas criações, e mesmo assim encontramos resistência por parte de alguns profissionais.

“Ensinar não é trabalhoso, lidar com racismo é doloroso”, essa é a convicção sobre essa situação, que apesar de ter na certidão de nascimento o termo “cor branca” me considero afrodescendente, uma vez que meu pai, meus avós paternos, meus bisavôs paternos são negros e uma bisavó indígena. E esse mesmo



orgulho de falar dos ancestrais aos filhos, motivou a buscar a efetivação de um projeto dentro da unidade escolar atuante, neste ano de 2025, fazendo referência a essa mudança prestigiosa que acontecera na vida profissional, através do mestrado. Não que não buscassem dar o melhor no ensino, mas hoje é possível compreender e redimensionar esse ensino na sala de aula, de modo que muitas vozes estão sendo preenchidas com as narrativas dos seus verdadeiros “donos”.

O projeto precisa alcançar dois grupos, primeiramente os profissionais da escola precisam ter a consciência de que a lei do ensino é para todos, depois os alunos precisam ser alcançados com temáticas que vão de encontro com o conteúdo programado, mas que tragam significados e ressignificação do currículo através de vozes silenciadas durante todo o contexto e que agora precisa ser narrado de acordo com a fase de cada turma, mostrando que toda história tem dois lados.

2 METODOLOGIA

2.1 TIPO DE PESQUISA

2.1.1 Natureza da pesquisa

- Pesquisa qualitativa, pois busca compreender significados, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos.

2.1.2 Abordagem metodológica

- Pesquisa-ação, já que houve intervenção direta no espaço escolar com acompanhamento e reflexão crítica.

2.1.3 Delimitação

- Estudo de caso, centrado na experiência de uma escola específica e no projeto interdisciplinar desenvolvido.

2.2 TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS

2.2.1 Técnicas de coleta de dados

- Observação participante durante as atividades pedagógicas.
- Registro em diário de campo.
- Entrevistas semiestruturadas com professores e alunos.
- Questionários abertos para captar percepções dos estudantes.



2.2.2 Instrumentos utilizados

- Roteiro de entrevistas.
- Questionários impressos e digitais.
- Registros fotográficos e audiovisuais das atividades.
- Documentos institucionais (planos de aula, projetos escolares).

2.3 AMOSTRA E CONTEXTO

2.3.1 Local da pesquisa

- Escola pública do Campo, no município de Nobres–MT, vinculada ao projeto interdisciplinar.

2.3.2 Participantes

- Professores de diferentes áreas (Matemática, Linguagens, Ciências, Humanas).
- Estudantes do Ensino Fundamental II e Ensino Médio.
- Convidados externos (indígenas da etnia Bakairi e profissionais da comunidade).

2.3.3 Critérios de seleção

- Participação voluntária e vínculo direto com o projeto da Semana da Valorização Cultural Afro-Indígena.

2.4 DISCUSSÃO FUNDAMENTADA

2.4.1 Justificativa da escolha metodológica

- A pesquisa qualitativa permite captar sentidos e transformações subjetivas.
- A pesquisa-ação possibilita unir teoria e prática, promovendo mudanças no espaço escolar.
- O estudo de caso garante profundidade na análise de uma experiência concreta.

2.4.2 Fundamentação teórica

- Apoio em autores como D'Ambrósio (2002) para etnomatemática, Crenshaw (2002) para interseccionalidade, Adichie (2019) para crítica à “história única”, e Santos (2023) para descolonização curricular.

2.4.3 Limitações e desafios

- Resistência de alguns profissionais à efetivação das leis 10.639/03 e 11.645/08.
- Dificuldade de transformar práticas pontuais em ações contínuas.



2.4.4 Potencialidades

- Protagonismo juvenil.
- Interdisciplinaridade como ferramenta de descolonização curricular.
- Valorização das vozes silenciadas na história.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 AS LEIS 10.639/03 E 11.645/08 PARA ALÉM DA HISTÓRIA

O que diz a lei 10.639/03, em seu texto original citado no Diário Oficial da União, de 09 de janeiro de 2003 afirmando que há uma alteração na LDB 9394/96 onde torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas, a presente legislação visa valorizar a história, a cultura e a contribuição do negro para o Brasil e promover o combate ao racismo e a discriminação racial.

Embora a interpretação das convenções e leis estabelecidas seja por vezes limitada, de modo a apreender somente a discriminação ou o desempoderamento que ocorre ao longo de um único eixo de poder, é importante reconhecer que tais interpretações desconsideram as possibilidades explícitas nas convenções, leis e declarações, cujo intento é proteger os indivíduos da negação de direitos baseada na raça e no gênero. Assim, na medida em que a CERD objetiva proteger os indivíduos da discriminação racial, ela inclui todos os aspectos da discriminação racial, inclusive aqueles que afetam diferentemente homens e mulheres. A mesma interpretação se aplica à discriminação de gênero: os direitos garantidos pela CEDAW englobam toda a gama de experiências da discriminação de gênero relacionadas à raça (Crenshaw, 2002, p.181-182).

Quando o contexto histórico do Brasil traz para leituras uma formação de africanos apenas como escravizados, ela deixa de contar as formações dos quilombos como forma de resistência ao processo de escravidão, da capoeira e das religiões afro que de modo peculiar tinham objetivos de manter a cultura africana no pedaço de chão desconhecido que muitos desses povos foram forçados a viver e sobreviver. As tranças e as pinturas corporais como forma de identificação de etnias distintas as quais eram subtraídos em seu continente, além de uma presença marcante na formação da nossa língua portuguesa brasileira, que apesar de muitas pessoas estudarem o português falado no Brasil e acreditar que nossa língua é derivada apenas do português arcaico de Portugal, apaga da história passada e presente a verdadeira contextualização da nossa língua falada.

É inevitável que, quando estou em sala de aula, lendo um livro, redigindo um texto ou participando de qualquer atividade que aborde as representações negativas que cercam o continente africano, a desagradável experiência com o empresário folclórico e popular de Cachoeira irrompe em minha mente como explosões, trazendo à superfície memórias que eu preferiria não reviver, mas que, sem dúvida, devo manter vivas. A urgência da batalha contra o racismo e o colonialismo não me permite o luxo de relegar ao esquecimento memórias que me causam aversão (Santos, 2023, p.63).



Esse trabalho na escola, funciona como um trabalho em formiguinha, não adianta pensar em algo muito grande, porém sem aproveitamento, e também apenas em forma de um único projeto executado apenas em um dia. Essa ressignificação precisa ser introduzida diariamente no contexto escolar, com disciplinas e professores diferentes falando uma mesma linguagem e apresentando contexto similares para a descolonização. Muitos devem estar se perguntando como isso funciona na prática ou se realmente vai funcionar, a resposta é bem simples, a mudança só vem se você tentar, assim como dizia Einstein, pelo menos são indicações constante de que ele tenha dito tal frase: “*loucura é fazer a mesma coisa sempre e esperar resultados diferentes*”.

A confluência das políticas afirmativas com os novos contornos da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional cimenta essa perspectiva com a obrigatoriedade do ensino das relações étnico-raciais e da história e cultura indígenas, africanas e afro-brasileiras. A capacitação de professor exige ensino superior o compromisso de desenvolver o conhecimento dessas matrizes formadoras de nossa nação. Para isso, não basta a tradicional objetividade do olhar “de fora” que analisa a experiência vital dos povos à luz de paradigmas ocidentais (Nascimento, 2008, p.28).

Não enxergue esta perspectiva como uma receita de bolo a ser seguida na sua unidade escolar e que atingirá os mesmos resultados, mas reflita sobre as ações que foram necessárias numa escola do campo para mobilizar pessoas a mudarem seu ponto de vista sobre a história única que vem sendo contada a mais de 500 anos.

É de suma importância que cada unidade escolar leve em consideração as características de onde está inserida e de que forma ela pode ser pensada para darmos vozes aos silenciados da história, além de pensar numa ação a longo prazo, pois algo de momento apenas se torna um evento sem significados.

Essa foi a perspectiva ao esboçar algo tão complexo e propor a escola, precisou-se contextualizar a necessidade da efetivação das leis e levar até eles algo que fosse de encontro com a disciplina de cada um, a proposta deveria ser desenvolvida no segundo semestre letivo em consonância com os conteúdos programáticos de cada professor, e para sintetizar as atividades desenvolvidas haveria um momento de culminância intitulado: 1ª Semana da Valorização Cultural Afro-Indígena e Cultura Antirracista.

3.2 A PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR

Quando se discute a possibilidade de que, em vez da consciência negra, se pense no tema “diversidade” no dia 20 de novembro (anterior dia de Zumbi de Palmares), não há outro motivo, senão o fato de que existe a intenção de fuga à necessidade de se falar sobre o negro, o desejo de evitar o desconforto de tocar no assunto delicado que é o racismo, a invisibilidade e a negação da contribuição africana na história do país (Soares, 2021, p.28).

O contato com escritores que dialogam com as temáticas sobre africanidades, invisibilidade, racismo estrutural e outras similaridades trazem uma reflexão marcante e significativa na vida profissional de um



historiador, atrevidamente diga-se: que todo professor deveria passar pela experiência do mestrado profissional com cunho voltado para as leis 10.639/03 e 11.645/08, pois o valor que estas agregam ao meio profissional fazem sentido no modo de pensar e agir.

O trecho da “Cristina” juntamente com sua apresentação pessoal, leva-nos a pensar porque existem apenas significações em datas comemorativas, como o dia do indígena ou povos originários, e da Consciência Negra? Por que os projetos só existem nessas datas e trazem simbologias que muitas vezes reforçam o racismo estrutural. E que na maioria das vezes, faz sem o perceber porque está enraizado como uma forma tão elucidada que parece não ser.

O projeto pensado teve justamente esse objetivo trazer um trabalho tão intenso que pudesse proporcionar a descolonização de práticas que levam ao racismo estrutural como forma de “cultura”. A priori foi envolver toda a escola, de modo que todos pudessem participar das atividades dentro da área que lhe traz conforto.

Aos professores de matemática foi proposto a temática “Etnomatemática” cuja qual proposta era trabalhar com as turmas em que lecionam de que forma os africanos e indígenas desenvolviam o sistema de matemática dentro das suas culturas. Alguns autores defendem a ideia que a matemática surgiu com esses povos, como denota:

A disciplina denominada Matemática é, na verdade, uma Etnomatemática que se originou e se desenvolveu na Europa, tendo recebido importantes contribuições das civilizações do Oriente e da África, e que chegou à forma atual nos séculos XVI e XVII. A partir de então, nessa forma estruturada, foi levada e imposta a todo o mundo. Hoje, essa matemática adquire um caráter de universalidade, sobretudo devido ao predomínio da ciência e tecnologia modernas, que foram desenvolvidas a partir do século XVII na Europa (D’Ambrósio, 2002, p.15).

Para a culminância das atividades, a turma de tutoria dos professores de matemática faria seminários sobre tudo o que aprenderam com a temática, e como ela era e ainda é utilizada por povos africanos e indígenas.

Aos professores de linguagem (Português, Arte, Inglês e Educação Física) a amplitude dos estudos foi com foco na diversidade linguística do Brasil e sua formação de escrita a partir desse encontro de línguas distintas, além de brincadeiras, danças e pintura corporal como forma de caracterização de um povo e resistência pela imposição da colonização. Savedra et al. (2021, p.3) afirma: “Na verdade, línguas entram em contato a todo o tempo. Toda língua é produto de contato entre línguas, e pode-se dizer que os efeitos do contato vêm sendo objeto de pesquisa desde antes dos primeiros estudos científicos de linguística”.

Aos professores de Ciências o conhecimento da culinária e do uso medicinal através de conhecimentos ancestrais reconhecidos e conhecidos por africanos e indígenas.



E aos professores de humanas foi um trabalho mais intenso de trabalhar territorialidade, mulheres afro e indígenas do contexto histórico, trazer voz aos silenciados na história do Brasil. Para que esse trabalho tivesse uma proposição e significado, a culminância foi desenvolvida na semana da consciência negra e a cada dia uma atividade diferente, além de convidar os indígenas da Aldeia Santana e Canaã, da etnia Bakairi, que se localiza próximo a escola para que pudessem participar e contribuir com o processo de escuta e aprendizagem.

O primeiro dia ocorreram as apresentações dos seminários temáticos, grupos de alunos de cada turma apresentavam para outro grupo de alunos da escola, num sistema de rodízio para que os alunos tivessem contato com pelo menos 3 temáticas diferentes. Os alunos do sexto ano ensino fundamental falaram sobre brincadeiras afro-indígenas, o sétimo ano sobre arte afro-indígena, o oitavo ano sobre mulheres afro-indígenas e história de mulheres como Mãe Bonifácia, Dandara dos Palmares e Lélia Gonzalez foram explanadas com suma importância, os alunos do nono ano desenvolveram o tema da etnomatemática. No ensino médio os temas eram mais abrangentes, o primeiro ano desenvolveu “Línguas indígenas e africanidades: diversidade e preservação” e “literaturas afro-brasileira e indígenas”, o segundo ano trabalhou com o tema “Heranças africanas” e o terceiro ano trouxe um debate sobre “Racismo estrutural”.

No segundo dia foram realizadas oficinas onde os alunos depois de conhecerem um pouquinho da história de cada uma delas, presenciaram na prática a sua idealização, as oficinas foram de: tranças, pintura corporal, brincadeiras afro-indígenas e de pulseiras. Após as oficinas, foi realizado na quadra da escola, um desfile temático com todos os trabalhos realizados nos alunos por convidados.

O terceiro e último dia, foi uma homenagem a “Rota da Ancestralidade” que acontece na capital mato-grossense, que tem como objetivo promover um circuito em forma de roda pelas principais ruas e pontos de Cuiabá que trazem um contexto de história ancestral. A partir desse princípio foram realizadas “Rodas da ancestralidade” onde os alunos fariam um circuito dentro da escola, em salas de aulas temáticas com convidados especiais. A roda começa por uma professora aposentada que ajudou a construir a história da escola na comunidade onde ela está inserida, a próxima roda tinha um diálogo com uma professora da Bakairi trazendo conhecimento do seu povo para os alunos, nas próximas rodas uma professora preta e uma veterinária trazendo debates dos desafios de ser mulher, preta e as dificuldades e desafios enfrentados para conseguir conquistar um espaço na sociedade como profissional, e por último uma roda de perguntas e respostas sobre todos os temas desenvolvidos neste projeto realizado pelos alunos do grêmio estudantil.

Todos os dias contamos com apresentações culturais de danças de origem africanas e indígenas, realizadas pelo projeto de dança da escola, pelo grupo de Siriri e cururu, do município e pelos indígenas da Bakairi.



Para finalizar o projeto, na semana seguinte, enquanto historiadora-pesquisadora realizou-se um processo de escuta dos alunos, sobre tudo o que eles vivenciaram nesse processo e como isso foi transformador na vida deles. Muitos conseguiram descrever com riquezas de detalhes o que não conheciam de história e que passaram a ter visibilidade após a concretização do projeto. Muitas falas ainda fizeram a menção de continuar a proposta para os próximos anos, pois a integração com os indígenas foi muito interessante.

A satisfação de agregar valores através da interdisciplinaridade e do protagonismo juvenil, mostra que a escola enquanto formadora precisa valorizar a prática cotidiana das disciplinas, além de promover discussões muito mais abrangentes do que apenas uma “comemoração” alusiva, resumida a um único dia e sem contextualização. Precisamos promover diálogos e dar vozes e vez aos silenciados na História do Brasil.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo refletir sobre a vivência prática-pedagógica no ensino de História, destacando os desafios e possibilidades de efetivação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 no cotidiano escolar. A intenção central foi demonstrar como a interdisciplinaridade e a valorização das vozes silenciadas podem contribuir para a descolonização curricular e para a construção de uma educação antirracista.

Os principais resultados evidenciam que a implementação de projetos pedagógicos voltados para a valorização da cultura afro-brasileira e indígena promoveu transformações significativas na percepção dos alunos e professores. As atividades realizadas, como seminários, oficinas e rodas de ancestralidade, possibilitaram maior protagonismo juvenil, integração comunitária e reconhecimento da diversidade cultural como parte essencial da formação histórica do Brasil.

Ao se deparar com a execução inicial desta prática pedagógica é possível de se pensar em desistir da proposta, pois são diversos contratemplos, negativas por parte de alguns, resistência de alguns alunos, mas sua execução traz consigo contribuições que são perceptíveis, a primeira no campo acadêmico que reafirma a importância da pesquisa-ação e da abordagem qualitativa como instrumento de análise e intervenção no espaço escolar; a segunda na área pedagógica ao proporcionar práticas concretas que podem ser replicadas e adaptadas em contextos educacionais; o terceiro, porém não menos importante, é a estância social, que exerce um papel fundamental ao fortalecer o combate ao racismo estrutural e dar visibilidade às narrativas afro-indígenas, historicamente marginalizadas.

Para pesquisas futuras, destaca-se a necessidade de ampliar os estudos sobre a efetividade das leis em diferentes realidades escolares, bem como investigar o impacto de projetos de longa duração na formação crítica dos estudantes. Além disso, seria relevante analisar como a interdisciplinaridade pode ser sistematizada em políticas públicas educacionais, garantindo que ações como as aqui descritas não se



restrinjam a eventos pontuais, mas se consolidem como práticas permanentes. Assim, finaliza-se com positividade que a vivência prática-pedagógica relatada não apenas reafirma o papel transformador da educação, mas também aponta caminhos para que o ensino de História se torne cada vez mais plural, inclusivo e comprometido com a valorização das identidades que compõem a sociedade brasileira.



REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002. Tradução do original *Background Paper for the Expert Meeting on Gender-Related Aspects of Race Discrimination*.
- CAFÉ, Lucas Santos. **Racismo, colonialismo e descolonização curricular: caminhos da implementação da Lei 10.639/03 e da educação antirracista no IFMT (2008–2021)**. 2023. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Geografia, História e Documentação, Cuiabá, 2023.
- D’AMBRÓSIO, Ubiratan. Etnomatemática e educação. **Reflexão e Ação**: Revista do Departamento de Educação/UNISC. Vol. 10, n. 1 (jan./jun.2002) — Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- DIOP, Cheikh Anta. *The African Origin of Civilization: Myth or Reality*. Chicago: Lawrence Hill Books, 1974.
- EINSTEIN, Albert. **Frase atribuída ao autor, sem registro comprovado em obra específica**. Disponível em: <https://www.snopes.com/fact-check/insanity-einstein/>. Acesso em: 25 de novembro de 2025.
- NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- SANTOS, Cristina Soares dos. **ERGUER A VOZ: a luta e a construção de uma narrativa antirracista no contexto escolar**. Por uma história das mulheres negras protagonistas. / Cristina Soares dos Santos. – 2021
- SAVEDRA, M. M. G.; CHRISTINO, B.; SPINASSÉ, K. P.; ARAUJO, S. S. DE F. (2021). **Estudos em Sociolinguística de Contato no Brasil: a diversidade etnolinguística em debate**. Cadernos de Linguística, v. 2, n. 1, p. 01-28. 2021. DOI 10.25189/2675-4916.2021.V2.N1.ID315 ISSN: 2675-4916 V. 2, N. 1, 2021